



Diário Oficial do

# MUNICÍPIO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE**

PODER EXECUTIVO • BAHIA

**I M P R E N S A   E L E T R Ô N I C A**

## Lei nº 12.527



A **Lei nº 12.527**, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

### Atendimento ao Cidadão

#### Presencial



Praça Henrique  
P. Donato, 90 Centro  
Guanambi - Bahia

#### Telefone



(77) 3452-4306

#### Horário



Segunda a  
Sexta-feira, das  
07:00 às 12:00 h

## Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o Diário Oficial Eletrônico, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua **divisão por temas** para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



## RESUMO

### LDO

---

LDO 2018

LEI Nº. 167 DE 08 DE JUNHO DE 2017

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS - OBJETIVOS

ANEXO II - MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

DEMONSTRATIVO I - RISCO FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

DEMONSTRATIVO II - METAS ANUAIS

DEMONSTRATIVO I - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DEMONSTRATIVO II - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRES EXERCÍCIOS ANTERIORES

DEMONSTRATIVO III - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

DEMONSTRATIVO IV - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

DEMONSTRATIVO V - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

DEMONSTRATIVO VI - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA

DEMONSTRATIVO VI - MARGEM DE ESPAÇO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

DEMONSTRATIVO VIII - RELATÓRIO DE METAS FISCAIS

### PORTARIAS

---

PORTARIA Nº 01/2017, 19 DE JUNHO DE 2017

LDO

# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE***

*Administração:*

***DJALMA ABREU DOS ANJOS***

***LDO 2018***

Responsabilidade Técnica

**ORPAM LTDA**

**LEI Nº. 167 DE 08 DE JUNHO DE 2017**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º. da Constituição Federal e art. 4º. da Lei Complementar No.101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do município de NOVO HORIZONTE para o exercício financeiro de 2018 compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - A estrutura e organização dos orçamentos;
- III - As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária do Município;
- VI - As disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VII - As disposições gerais.

Parágrafo Único – Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo de Prioridades e Metas;
- II – Anexo de Metas Fiscais composto de:
  - a – Demonstrativo de Metas anuais.
  - b – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
  - c – demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
  - d – evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
  - e – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
  - f – receitas e despesas previdenciárias do regime próprio de Previdência Social – RPPS
  - g – Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
  - h – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- III – Anexo de Riscos Fiscais contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º. – Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º. da Constituição, as metas para o exercício financeiro de 2018 são as constantes no Anexo Metas, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas;

§ 1º.- Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN No. 471 de 31.08.04.

§ 2º.- o Município define como meta fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º.- Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º.- Acompanha esta Lei, relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado de ordem legal ou constitucional, nos termos do art. 9º. § 2º. da Lei Complementar No. 101 de 2000, sendo facultado a inclusão de novas ações.

Art. 3º. – As prioridades para o exercício financeiro de 2018 serão as seguintes:

- I – desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, e para redução das desigualdades e disparidades sociais;
- II – a ampliação e modernização da infraestrutura econômica, reestruturação e modernização da base produtiva do Município;
- III – a promoção do desenvolvimento voltado à consolidação e ampliação da capacidade produtiva e à conciliação entre a eficiência econômica e a conservação;
- IV – o desenvolvimento de uma política ambiental centrada na utilização dos recursos naturais regionais;
- V – o desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;
- VI – desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase no cadastramento dos imóveis, e a administração e execução da Dívida Ativa, investindo também, no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração na ação educativa sobre o papel do contribuinte-cidadão;
- VII – consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;
- VIII – ampliação da capacidade de investimento do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas do governo, de negociação e ampliação do perfil da dívida municipal, e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;
- IX – ampliação e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população;

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS.

Art. 4º. - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Função – o maior nível de agregação das diversas áreas que competem ao setor público municipal;
- II – Subfunção – representa uma partição ou detalhamento da função, visando agregar determinado subconjunto do setor público;
- III – Programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- IV – Atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- V – Projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- VI – Operação especial – as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;
- VII – Categoria de programação – a identificação da despesa compreendendo a sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;
- VIII – Órgão – Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;
- IX – Transposição – realocação dos recursos orçamentários no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;
- X – Remanejamento – realocação das atividades, inclusive dos respectivos programas de trabalho, recursos físicos e orçamentários para outros órgãos;
- XI – Transferência – o deslocamento das categorias econômicas de despesa dentro de um mesmo órgão e mesmo programa de trabalho;
- XII – Reserva de contingência – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- XIII – Passivos contingentes – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;
- XIV – Créditos adicionais – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;
- XV – Crédito adicional suplementar – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;
- XVI – Crédito adicional especial – as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contempladas na Lei Orçamentária;



XVII – Crédito adicional extraordinário – as autorizações de despesas mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII – Unidade orçamentária – consiste em cada um dos órgãos, Secretarias, Entidades, unidades ou Fundos da Administração pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX – Unidade gestora – Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX – Quadro de detalhamento da despesa (QDD) – instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXI – Alteração do detalhamento da despesa – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa, que não caracterizam como créditos suplementares;

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. As atividades e projetos serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades.

§ 3º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades e projetos, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 5º. – Os Orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação da despesa dos órgãos do município, suas autarquias, fundos, órgãos da administração direta e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º.- O Município aplicará, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos incluídos dos recursos proveniente do FUNDEB na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe a Constituição Federal no seu artigo 212.

§ 2º. – a aplicação e a prestação de contas do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, observarão as normas contidas na Lei 11.494/2007.

Art. 6º. – Para efeito desta lei, entendem-se como despesas de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica pública aqueles recursos empregados na remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, na aquisição de material didático e no transporte escolar, bem como os utilizados em ações relacionadas à aquisição, manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, dentre outras despesas.

Art. 7º. – A Prefeitura manterá junto a uma instituição financeira oficial conta bancária, única e específica, denominada de Manutenção e Desenvolvimento do ensino – MDE.

Art. 8º. – Os recursos do MDE inclusive aqueles oriundos dos rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser aplicados pelo município no exercício financeiro em que lhes forem creditados, exclusivamente no âmbito de sua atuação prioritária, conforme estabelecido no art. 211, § 2º. da CRB, ficando vedada a sua utilização:

I – No financiamento de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, de acordo com o art. 71 da Lei no. 9394/96.

II – como garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelo município, que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

Parágrafo único – Não será admitida a movimentação da conta única e específica do MDE de recursos estranhos aqueles previstos na legislação pertinente.

Art. 9º. – Os recursos do FUNDEB, inclusive aqueles originários de complementação da união, serão utilizados pelo município no exercício financeiro em que lhe forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei No. 9.394/96.

Parágrafo único – Até 5% (cinco por cento) dos recursos mencionados no *caput* deste artigo poderão ser aplicados no primeiro trimestre do exercício subsequente aquele em que se deu o crédito, mediante abertura de crédito adicional, vedado pagamento de despesa de exercício anterior – DEA.

Art. 10 – É obrigatória a aplicação de, no mínimo 60% (sessenta por cento) das receitas provenientes do Fundo, incluído a complementação da união, quando for o caso, na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, aí se incluído os encargos sociais decorrentes dessa remuneração.

Art. 11 – Os recursos da conta única e específica do FUNDEB somente poderão ser utilizados nas finalidades previstas em lei.

Parágrafo único – a contabilização dos recursos do FUNDEB obedecerá às normas expedidas em portarias específicas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 12 – Para efeito da apuração do valor aplicado na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública serão consideradas as despesas pagas e liquidadas até 31 de dezembro de cada exercício, inscritas em restos a pagar, desde que respaldadas em correspondente saldo financeiro.

Parágrafo único – As despesas liquidadas a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser pagas com recursos provenientes:

I – da conta única e específica do MDE;

II – da conta bancária, única e específica do FUNDEB.

Art. 13 – O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações destinadas aos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do município, inclusive seus fundos e fundações, para atender às ações de saúde, previdência e assistência social.



§ 1º.- O Município aplicará, no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos a que se refere o art. 156. e dos recursos de que tratam o artigo 158 e alínea b do Inciso I e § 3º., ambos do art. 159 da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º. da Emenda Constitucional No. 29 de 13 de setembro de 2000.

§ 2º. – A base de cálculo para a apuração do valor mínimo definido no § 1º. a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde conforme estabelecido nos incisos do Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da constituição Federal, é somatório:

- I – do total das receitas de impostos municipais;
- II – do total das receitas de transferências recebidas da União (FPM, ITR, ICMS exportação);
- III – das receitas de transferências do Estado (ICMS, IPI, IPVA);
- IV – de outras receitas correntes (Receita da dívida ativa tributária de impostos, multas e juros de mora e correção monetária sobre a dívida ativa de impostos).

Art. 14 - Consideram despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas de custeio e capital, financiadas pelo Município, relacionadas a programas finalísticos e de apoio que atendam simultaneamente, aos princípios do art. 7º. da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo Único – Além de atender aos critérios estabelecidos neste artigo, as despesas com ações e serviços de saúde, realizados pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do art. 77 §3º. do ADCT.

Art. 15 – A aplicação em ações e serviços públicos de saúde será apurada pelo Tribunal de Contas dos Municípios mediante exame dos processos de pagamento encaminhados mensalmente pelo Gestor, devendo os mesmos encontrar-se necessariamente, cadastrados no sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, os dados e informações da gestão pública municipal.

Parágrafo único – Cópias autênticas dos processos dos restos a pagar liquidados do exercício em análise deverão ser encaminhadas à Inspeção Regional, juntamente com a documentação de dezembro.

Art. 16 – Para efeito da apuração do valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde, serão consideradas pelo TCM as despesas efetivamente pagas e liquidadas até 31 de dezembro de cada exercício, inscritas em restos a pagar, desde que respaldadas em correspondente saldo financeiro.

Art. 17 – Os recursos aplicados através do Fundo municipal de Saúde serão acompanhados e fiscalizados pelo conselho municipal de Saúde que emitirá parecer a ser enviado ao TCM juntamente com apresentação de contas anual.

Art. 18 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais
- II - juros e encargos da dívida
- III - outras despesas correntes
- IV - sentenças judiciais
- V - investimentos
- VI - inversões financeiras
- VII - amortização da dívida

## VIII -outras despesas de capital

Parágrafo único - As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como sendo o de maior nível da classificação institucional.

Art. 19 - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo desta Lei.

Art. 20 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 21 - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo e a respectiva lei serão constituídos de:

- I - Mensagem,
- II - texto da lei;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV- quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da lei No. 4.320/64.
- V- anexos da receita, despesa e quadro demonstrativos previstos nos artigos 20 a 22, III e IV da Lei 4.320/64.
- VI – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- VII - programação, no orçamento Fiscal, destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino conforme Lei federal 9.424/96
- VIII - programação do orçamento fiscal dos recursos destinados as ações de saúde.

Parágrafo único - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, serão apresentados conforme disposto no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 22 - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará ao Setor de Planejamento e de Orçamento, até 31 de julho de 2018, sua respectiva proposta orçamentária, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação ao projeto de lei orçamentária.

Art. 23 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados os Quadros de Detalhamento da Despesa QDD`S, relativos aos programas de trabalhos integrantes da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Primeiro - Os quadros de Detalhamentos de Despesa deverão discriminar por elemento, os grupos de despesas aprovados por cada categoria de despesa;

Parágrafo Segundo - Os Quadros de Detalhamentos de Despesas serão aprovados no âmbito do Poder Executivo pelo Prefeito e no âmbito do Poder Legislativo pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Parágrafo Terceiro - Os Quadros de detalhamentos podem ser alterados por meio de decreto, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa em cada Projeto/Atividade estabelecidos na lei orçamentária ou em créditos suplementares regularmente abertos.

## CAPÍTULO III

## DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

## Das Diretrizes Gerais

Art. 24 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único - O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 25 - O Orçamento municipal compreenderá as receitas e despesas abrangendo todas as entidades e órgãos da administração direta ou indireta bem como os fundos e fundações instituídos, mantidos pelo município, de modo a evidenciar as ações e diretrizes do governo, obedecidos na sua elaboração os princípios de anualidade, universalidade e unidade.

Art. 26 - O Orçamento será elaborado de forma que haja equilíbrio entre a Receita prevista e a Despesa fixada.

Art. 27 - O Poder Executivo, até 30 dias antes da apresentação da proposta orçamentária, colocará à disposição dos outros poderes e Ministério Público, a previsão da receita, após revisão da metodologia de cálculo para o exercício financeiro de 2018.

Art. 28 - O Total da despesa do Poder Legislativo Municipal obedecerá o limite de 7% (sete por cento) da Receita Tributária e das transferências previstas no parágrafo 5º. no artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da CF e artigo 2º. da Emenda Constitucional Nº 58 de 23 de setembro de 2009.

Art. 29 - Na Lei do orçamento anual constarão as seguintes autorizações:

- I - abertura de créditos suplementares até o limite nela definido;
- II- realização em qualquer mês do exercício, operação de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido (nos termos do parágrafo 8º. do art. 165 e inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal).
- III- destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios, empréstimos, pagamento de sinal, amortização, juros outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.
- IV – custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, em conformidade com o Art. 62 Incisos I e II da LC 101/00.

Parágrafo Único - Não serão computados para efeito de limite previsto no Inciso I deste artigo os créditos suplementares destinados a suprir insuficiência das dotações relativas a pessoal e encargos sociais, dívida pública, débitos de precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

Art. 30 - Na proposta orçamentária anual figurará dotação global destinada a constituir a Reserva de Contingência para o ano de 2018 até o limite de 10% da receita corrente líquida, podendo ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

Art. 31 - As despesas serão fixadas segundo as prioridades dos compromissos de caráter social, financeiro, econômico e as aquisições de bens, serviços e execução de obras do município:

§ 1º. - Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

- I - pessoal e encargos sociais,
- II - manutenção dos serviços públicos municipais,
- III - serviços da dívida pública municipal,
- IV - contrapartida de convênios financiamentos

§ 2º. - As atividades de manutenção básica terão precedência sobre as atividades que visem a sua expansão.

Art. 32 - Será admissível o repasse de recursos a Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos a título de subvenção, que prestem atendimento direto ao público nas áreas de educação, saúde e assistência social ou prestem serviços culturais, obedecendo ao que estabelece a Resolução 1121/05 do TCM e o Art. 26 da Lei Complementar No. 101/2000.

Parágrafo único - Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

Art. 33 - Poderá o Poder Executivo Municipal através de autorização Legislativa, incluir novos projetos no PPA, após atendidos os projetos em andamento e contemplados as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 34 - As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista, e demais empresas que o município detenha a maioria do capital, com direito a voto, somente poderão ser programadas para atender despesas com investimentos e inversões financeiras, depois de atenderem integralmente suas necessidades relativas ao custeio administrativa e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como pagamento de créditos fiduciários reconhecidos pelo município.

Art. 35 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 36 - As receitas do orçamento da seguridade social, serão as provenientes das transferências do Orçamento Fiscal, as diretamente arrecadadas e as oriundas de convênios.

Art. 37 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único - Serão divulgados na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Executivo:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12. § 3º. da Lei Complementar No. 101, de 2000;
- b) a lei orçamentária anual;

Art. 38 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir novos investimentos, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2018-2021, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 39 - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica específica, a votação da parte cuja alteração é proposta.

#### CAPÍTULO IV

#### AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40 – Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

§ 1º. - Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

§ 2º. - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em, referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 41 – As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2018, com base na despesa média mensal executada até junho de 2017, observados, além da legislação pertinente em vigor, o limite de que trata a Lei

Complementar No. 101, de 04 de maio de 2000, para as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes do Município.

Art. 42 – Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida estabelecidos no art. 19, Inciso III, da Lei Complementar NO. 101/2000.

§ 1º. – Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II- relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III- derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º. Do art. 57 da Constituição Federal;
- IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

§ 2º. – Para fins deste artigo entende-se receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

Art. 43 – A repartição dos limites globais do art. 41, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Art. 44 – A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos Arts. 42 e 43 desta Lei será realizada ao final de cada semestre, na forma definida na Lei Complementar No. 101/2000 nos Art. 19 e 20.

§ 1º. – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder referido no Art. 42 que houver incorrido no excesso:

- I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II – criação de cargo, emprego ou função;
- III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V – contratação de hora extra, salvo no caso das situações previstas nesta Lei.

§ 2º. – Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

Art. 45 – As dotações para atendimento das despesas com a admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do Inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, serão alocados em atividades específicas, inclusive na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para essa finalidade.

Art. 46 – Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no art. 56 desta Lei.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E MEDIDAS PARA INCREMENTO DA RECEITA

Art. 47 – O município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

Parágrafo único – A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 48 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar No. 101 de 2000.

§ 1º. - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º. - O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de quinze dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la.

Art. 49. – O chefe do Poder Executivo, em caso de necessidade, encaminhará à Câmara de Vereadores projeto de lei, sobre alterações na Legislação Tributária Municipal e incremento de receita, incluindo:

- I - alterações na legislação tributária,
- II – revisão de isenção e incentivos fiscais;



- III – revisão da legislação tributária municipal em decorrência de eventuais modificações da legislação federal e estadual;
- IV – revisão dos índices já existentes, indexados a tributos, tarifas ou multas e, ainda criação de novos índices.
- V – Modernização da Administração Tributária

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício anual, observada a legislação vigente.

Art. 50 – O incremento da receita tributária deverá ser buscado, mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, a constante atualização do cadastro de contribuintes, e a execução permanente de programa de fiscalização.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Art. 51 – A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 52 – A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I – ao endividamento público;
- II – ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III – aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV – à administração e gestão financeira.

Art. 53 – São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no Art. 52 desta Lei:

- I – o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;
- II – a limitação da dívida pública em níveis aceitáveis e prudentes, assim entendidos os que sejam compatíveis com a capacidade de arrecadação do Município e que propiciem margem de segurança para a absorção e reconhecimento de obrigações imprevistas;
- III – a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a finalidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
- IV – a limitação e contenção dos gastos públicos;
- V – a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas;
- VI – a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos;

Art. 54 – Para manter a dívida pública em nível aceitável e prudente, evitar-se-á que os gastos excedam as disponibilidades.

Parágrafo Único – Se a dívida ultrapassar os níveis de aceitabilidade e prudência, e enquanto não for reduzida, o montante de gastos realizados deve ser inferior ao das receitas arrecadadas.

Art. 55 – A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Art. 56 – Todo e qualquer ato que provoque um aumento de despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º., Inciso I, da Constituição Federal;
- II – houver autorização específica em Lei.

Parágrafo único – O disposto no caput compreende entre outras:

- I – a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
- II – a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III – a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 58 – O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 59 - Se verificado o comprometimento dos resultados orçamentários pretendido quando da evolução da receita, deverá o Poder Executivo contingenciar dotações na seguinte ordem: investimentos, ações desportivas e culturais e adiantamento para viagem.

Art. 60 - Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no momento em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 61 - Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para entidade privada, registrados, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo orçamento no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 62 - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas previstas, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder, sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º. e parágrafos da Lei Complementar No. 101 de 2000.

Parágrafo único – Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos;
- II – serviços da dívida;
- III – decorrentes de financiamentos;
- IV – decorrentes de convênios;
- V – as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social;

Parágrafo Único - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo informará ao Poder Legislativo, até o vigésimo terceiro dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

Art. 63 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da lei orçamentária de 2018, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º. da Lei Complementar No.101 de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º. - O Poder Executivo publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos do Relatório Resumido da Execução orçamentária.

§ 2º. - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Legislativo Municipal, e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público.

§ 3º. - Até o final dos meses de maio e setembro de 2018 e de fevereiro de 2019, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública no espaço do Legislativo.

Art. 64 - O desembolso dos recursos financeiros ao Poder Legislativo será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimo, em consonância às determinações legais.

Art. 65 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 66 - Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 67 - Para fins do disposto no art. 4º. parágrafo 3º. da Lei complementar No. 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, Restos a pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/64 e outros passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos.

Art. 68 - Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.

Art. 69 - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênios com Ministérios, Secretarias Nacionais ou Estaduais, Fundações, Fundos, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Entidades

de Personalidade Jurídica de Direito Privado no âmbito Federal, Estadual e Municipal que venham proporcionar no Município, desenvolvimento econômico, social, urbano ou de planejamento.

Art. 70 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária anual não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II- serviços da dívida;
- III-despesas decorrente da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas a sociedade;
- IV- investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V- contrapartida de convênios especiais.

Parágrafo único - O uso dos recursos do projeto de Lei para execução das despesas relacionadas neste artigo, enquanto se procede a apreciação da Câmara, será através de Decreto do Executivo com o valor total de 1/12 (um doze avos) em cada mês, com alocação nas dotações segundo a necessidade do comprometimento e obrigações.

Art. 71 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte (BA), 08 de junho de 2017.

---

**Djalma Abreu dos Anjos**  
Prefeito

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA:</b> 1 - TRANSFERÊNCIA DE DUODÉCIMO		
<b>AÇÕES</b>		
1001 -	Construção e Equipamento da Câmara	Veículos adquiridos
Proporcionar ao Legislativo municipal melhores instalações físicas e condições de trabalho visando um funcionamento regular e satisfatório.		
2001 -	Manutenção dos Serviços Administrativos da Câmara	Gerenciar Ações
Proporcionar ao Legislativo municipal melhores instalações físicas e condições de trabalho visando um funcionamento regular e satisfatório.		
<b>PROGRAMA:</b> 3 - PROCESSO JUDICIÁRIO		
<b>AÇÕES</b>		
2003 -	Indenizações Trabalhistas	Gerenciar Ações
Garantir recursos para cumprir as decisões e custas processuais.		
<b>PROGRAMA:</b> 6 - CUSTA JUDICIAL		
<b>AÇÕES</b>		
2004 -	Manutenção de Despesas Judiciais	Gerenciar Ações
Garantir recursos para cumprir as decisões e custas processuais.		
<b>PROGRAMA:</b> 8 - GABINETE DO PREFEITO		
<b>AÇÕES</b>		
1260 -	Equipamento do Gabinete do Prefeito	móveis e equipamentos
Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.		
2005 -	Manutenção da Consultoria e Assessoria Jurídica	Gerenciar Ações
Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.		
2006 -	Gestão das ações do Gabinete do Prefeito	Gerenciar Ações
Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.		
<b>PROGRAMA:</b> 9 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
<b>AÇÕES</b>		
1261 -	Equipamento da Secretaria de administração	móveis e equipamentos
Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.		
2008 -	Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	Gerenciar Ações
Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.		
<b>PROGRAMA:</b> 10 - CONTROLE FINANCEIRO		
<b>AÇÕES</b>		
2009 -	Manutenção da Contabilidade	Gerenciar Ações
Aprimorar procedimentos de administração tributária e contábil buscando maior eficiência e controle do setor.		
<b>PROGRAMA:</b> 11 - SANEAMENTO BÁSICO		
<b>AÇÕES</b>		
1015 -	Construção de Unidades Sanitárias	Unidades construídas

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA:</b> 11 - SANEAMENTO BÁSICO		
<b>AÇÕES</b>		
Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.		
<b>PROGRAMA:</b> 15 - SELEÇÃO DE PESSOAL		
<b>AÇÕES</b>		
2010 -	Realização de Concurso Público	Gerenciar Ações
Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.		
<b>PROGRAMA:</b> 18 - IMPRENSA E PUBLICIDADE		
<b>AÇÕES</b>		
2014 -	Promoção e Divulgação de Eventos e Atos Oficiais	Divulgar Atos e Eventos
Manter condições para divulgação de atos e fatos de interesse da administração.		
<b>PROGRAMA:</b> 22 - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA		
<b>AÇÕES</b>		
2013 -	Manutenção da Ordem Pública	Gerenciar Ações
Oferecer condições de segurança com vistas a melhoria e qualificação dos serviços policiais para garantir a ordem pública.		
<b>PROGRAMA:</b> 25 - PROTEÇÃO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		
<b>AÇÕES</b>		
2022 -	Manut. de Programas Serv.de Assistencia ao P. de Deficiencia	Atender a pessoas deficientes
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.		
<b>PROGRAMA:</b> 26 - PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
<b>AÇÕES</b>		
2023 -	Manutenção do Conselho Tutelar	Atender a criança e adolescente
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.		
<b>PROGRAMA:</b> 27 - ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO CARENTE		
<b>AÇÕES</b>		
1262 -	Equipamento do FMAS	Equipamentos
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.		
1271 -	Construção de unidade de CRAS	Unidade Construída
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.		
2018 -	Manutenção do Fundo de Assistencia Social	Atender a pessoas carentes
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.		
2020 -	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos - SCFV	Desenvolver ações
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.		
2024 -	Programa Bolsa Familia - IGD	Gerenciar Ações
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.		
2025 -	Programa IGD - SUAS	Desenvolver ações



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Hermínio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA: 27 - ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO CARENTE</b>		
<b>AÇÕES</b>		
	Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
2293 -	Programa do CRAS	Atender a pessoas carentes
	Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
2294 -	Outros Programas de Assistência Social - FNAS	Atender a pessoas carentes
	Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
2298 -	Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social.	Desenvolver Ações
	Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
2299 -	Programas de Assistência Social - FEAS	Desenvolver Ações
	Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
2302 -	Manutenção do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil	Desenvolver Ações
	Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
<b>PROGRAMA: 28 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>		
<b>AÇÕES</b>		
	2016 - Contribuição ao INSS e FGTS	Gerenciar Ações
	Manter atualizada as responsabilidades da Prefeitura com os Institutos de Previdência.	
	2066 - Operação Especial - Encargos com o PASEP	Gerenciar Ações
	Manter atualizada as responsabilidades da Prefeitura com os Institutos de Previdência.	
<b>PROGRAMA: 32 - MELHORIA DA SAÚDE PÚBLICA</b>		
<b>AÇÕES</b>		
	1008 - Construção e ampliação de Unidades de Saúde	Unidades construídas e ampliadas
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
	1256 - Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde	Equipamentos
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
	2030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Desenvolver Ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
	2068 - Manutenção da Atenção Básica - PAB	Gerenciar Ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
	2069 - Incentivo ações básicas de Vigilância Sanitária	Ampliar a vigilância
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
	2070 - Incentivo ao PACS	Ampliar a vigilância

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Hermínio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA:</b> 32 - MELHORIA DA SAÚDE PÚBLICA		
<b>AÇÕES</b>		
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2071 -	Incentivo ao PSF	Gerenciar Ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2072 -	Vigilância em Saúde	Ampliar a vigilância
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2078 -	Farmácia Básica	Gerenciar Ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2079 -	Saude Bucal	Gerenciar Ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2297 -	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	Gerenciar ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2303 -	Construção de Habitações Populares e Melhorias Habitacional	Unidades construídas
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
<b>PROGRAMA:</b> 33 - MELHORIA DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
<b>AÇÕES</b>		
1257 -	Aquisição de Veículos e Unid. Móvel para Setor de Saúde	Veículos
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2192 -	Manutenção do SAMU	Gerenciar ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2289 -	Gestão de Outros Programas do Fundo a Fundo	Desenvolver Ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
2290 -	Programa do CAPS	Desenvolver Ações
	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, visando o atendimento a toda população carente do município, desenvolvendo programas especiais - PACS, PSF, Vigilância Sanitária e Farmácia Básica.	
<b>PROGRAMA:</b> 34 - ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
<b>AÇÕES</b>		
2019 -	Fundo Municipal dos Direitos da criança e do adolescente.	Atender a criança e adolescente

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA:</b> 34 - ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
<b>AÇÕES</b>		
	Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
2026 -	Manutenção do Centro Especializado de Atendimento a Crianças e adolescentes	Desenvolver ações
	Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
<b>PROGRAMA:</b> 39 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE EXTENSÃO		
<b>AÇÕES</b>		
1005 -	Expansão do Desenvol. Agropecuário Econ.do Munic.	Desenvolver Ações
	Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.	
<b>PROGRAMA:</b> 40 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA MUNICIPAL		
<b>AÇÕES</b>		
1004 -	Controle, Conserv. e Preserv. Meio Ambiente	Desenvolver Ações
	Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.	
<b>PROGRAMA:</b> 42 - REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
<b>AÇÕES</b>		
1011 -	Construção e Ampliação de unidades Escolares	Unidades construídas e ampliadas
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
1012 -	Construção e equip. de unidades Escolares - FUNDEB	Unidades construídas e ampliadas
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
1258 -	Aquisição de Transporte Escolar	Veículos
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
1263 -	Equipamento do Ensino Básico	móveis e equipamentos
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
2038 -	Programa Alimentação Escolar	Gerenciar Ações
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
2040 -	PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar	Gerenciar Ações
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
2043 -	Manutenção do Ensino Básico	Desenvolver atividades
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
2044 -	FUNDEB 60% - Pessoal e Encargos Magistério Educação Básica	Gerenciar Ações
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
2045 -	FUNDEB 40% - Administr. Pessoal Encargos Ed. Básica	Desenvolver Ações
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
2080 -	Salário Educação	Gerenciar Ações
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	
2081 -	Programa PDDE	Gerenciar Ações
	Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA:</b> 42 - REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
<b>AÇÕES</b>		
2295 -	Gestão de Programas do FNDE Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	Gerenciar Ações
2301 -	Manutenção do Conselho de Educação Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	Desenvolver Ações
2304 -	Manutenção da educação Infantil - Fundeb 60% Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	Gerenciar ações
2305 -	Manutenção da educação Infantil - Fundeb 40% Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	Gerenciar ações
2306 -	Manutenção da educação Infantil Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino fundamental.	Desenvolver ações
<b>PROGRAMA:</b> 43 - REVITALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO		
<b>AÇÕES</b>		
2047 -	Manutenção do Ensino Médio Desenvolver ações de incentivo que possibilitem o acesso da população escolarizável, de baixa renda ao ensino médio e superior.	Desenvolver Ações
<b>PROGRAMA:</b> 46 - CAPACITAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS		
<b>AÇÕES</b>		
1264 -	Construção e equipamento de Creches Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	Equipamentos
2041 -	Manutenção de Creches Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.	Desenvolver Ações
<b>PROGRAMA:</b> 50 - INCENTIVO À CULTURA DA POPULAÇÃO		
<b>AÇÕES</b>		
2034 -	Comemoração de Festividades Desenvolver ações junto a população de modo a incentivar a cultura e a história do município.	Desenvolver Ações
2300 -	Gestão das Ações do Fundo de Cultura do Estado da Bahia-FCBA Desenvolver ações junto a população de modo a incentivar a cultura e a história do município.	Desenvolver Ações
<b>PROGRAMA:</b> 52 - PLANEJAMENTO URBANO		
<b>AÇÕES</b>		
1009 -	Pavimentação de Logradouros Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Ruas Pavimentadas
1013 -	Construção e ampliação de obras Publicas Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Unidades construídas e ampliadas

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA:</b> 52 - PLANEJAMENTO URBANO		
<b>AÇÕES</b>		
2082 -	Manutenção das Atividades do Consórcio Público Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Manutenção e Estruturação do consórcio
<b>PROGRAMA:</b> 53 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
<b>AÇÕES</b>		
1010 -	Construção de Praças e Jardins Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Unidades construídas
1265 -	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e veículos Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Máquinas, veículos e equipamentos
1266 -	Abertura de ruas avenidas e desapropriações Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Desenvolver Ações
2055 -	Manut. dos Serviços de Limpeza Pública Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Desenvolver Ações
2056 -	Conservação, ampliação e reformas de cemitérios Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Desenvolver Ações
2059 -	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	Desenvolver Ações
<b>PROGRAMA:</b> 55 - MELHORIA HABITACIONAL		
<b>AÇÕES</b>		
1002 -	Construção de Habitações Populares e Melhorias Habitacional Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.	Unidades construídas
<b>PROGRAMA:</b> 58 - SANEAMENTO GERAL		
<b>AÇÕES</b>		
1057 -	Saneamento Básico Municipal Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto e água, visando elevar a qualidade de vida da população.	Unidades implantadas
1267 -	Impl. e Equip. de Rede de Abastecimento de Água Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto e água, visando elevar a qualidade de vida da população.	Unidades implantadas e equipadas
2064 -	Manutenção de Rede de Abastecimento de Água	Gerenciar Ações



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA: 58 - SANEAMENTO GERAL</b>		
<b>AÇÕES</b>		
	Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto e água, visando elevar a qualidade de vida da população.	
<b>PROGRAMA: 70 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO</b>		
<b>AÇÕES</b>		
1269 -	Constr. e ampliação de Mercados, Feiras e Matadouros	Unidades construídas e ampliadas
	Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas, contemplando mercados, feiras, matadouros, açudes, barragens e poços artesianos.	
2061 -	Manutenção de Mercados e Feiras	Desenvolver Ações
	Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas, contemplando mercados, feiras, matadouros, açudes, barragens e poços artesianos.	
<b>PROGRAMA: 71 - MELHORIA DOS RECURSOS HIDRICOS</b>		
<b>AÇÕES</b>		
1270 -	Construção de Açudes, Tanques Barragens e Poços Tubulares	Unidades construídas
	Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto e água, visando elevar a qualidade de vida da população.	
<b>PROGRAMA: 87 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>		
<b>AÇÕES</b>		
1268 -	Implantação e ampliação de Rede de iluminação	Unidades implantadas
	Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	
2063 -	Conserv. e Manut. do Sistema de Ilumin. Pública	Desenvolver Ações
	Elevar a qualidade de vida da população do município, através da expansão e manutenção do sistema de energia elétrica, contribuindo para o incremento do desenvolvimento urbano e rural.	
<b>PROGRAMA: 89 - ELETRIFICAÇÃO RURAL</b>		
<b>AÇÕES</b>		
1014 -	Implantação de Eletrificação Rural	Unidades implantadas
	Elevar a qualidade de vida da população do município, através da expansão e manutenção do sistema de energia elétrica, contribuindo para o incremento do desenvolvimento urbano e rural.	
<b>PROGRAMA: 91 - MELHORIA DA REDE RODOVIÁRIA</b>		
<b>AÇÕES</b>		
1007 -	Construção de Estradas e Pontes e Pontilhões	Unidades construídas
	Expansão e melhoramento do sistema viário do município, assegurando à população boas condições de tráfego e escoamento da produção.	
2065 -	Manutenção e Conservação de Estradas e Pontes	Desenvolver Ações
	Expansão e melhoramento do sistema viário do município, assegurando à população boas condições de tráfego e escoamento da produção.	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018  
Prioridades e Metas - Objetivos

Código	Descrição	Produto
<b>PROGRAMA:</b> 96 - INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR		
<b>AÇÕES</b>		
1006 -	Construção de Quadra, Estádio e Ginásio de Esportes Desenvolver ações visando o incentivo do esporte amador, com a implantação e manutenção de ações que proporcione a realização de eventos.	Unidades construídas
2067 -	Manutenção do Desporto Amador Desenvolver ações visando o incentivo do esporte amador, com a implantação e manutenção de ações que proporcione a realização de eventos.	Incentivar a prática ao esporte
<b>PROGRAMA:</b> 99 - PAGAMENTO DA DÍVIDA INTERNA		
<b>AÇÕES</b>		
1065 -	Amortização da Dívida Contratada Garantir recursos para manter a dívida do município atualizada.	Gerenciar Ações
2012 -	Pagamento de Encargos Financeiros Manter atualizada as responsabilidades da Prefeitura com os Institutos de Previdência.	Gerenciar Ações
<b>PROGRAMA:</b> 918 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SEC.DE EDUCAÇÃO		
<b>AÇÕES</b>		
2033 -	Manut. da Secretaria de Educação Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.	Gerenciar Ações
<b>PROGRAMA:</b> 927 - APOIO ADMINISTRATIVO À COORD.MUNIC.MEIO AMBIENTE		
<b>AÇÕES</b>		
2062 -	Manutenção dos Serviços Técnicos Administrativos Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.	Gerenciar Ações
<b>PROGRAMA:</b> 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
<b>AÇÕES</b>		
9999 -	Reserva de Contingência Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.	Reserva de contingência

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Hermínio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2018  
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

Código	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.0.0.0.00.00.00	RECS CORRENTES	22.198.366,27	28.293.094,26	33.649.161,00	36.098.819,86	39.087.802,14	42.715.150,18
1.1.0.0.00.00.00	REC TRIBUTARIA	703.604,23	750.258,21	995.939,00	1.068.443,37	1.156.910,48	1.264.271,77
1.1.1.0.00.00.00	Impostos	693.056,67	730.260,95	929.538,00	997.208,37	1.079.777,22	1.179.980,55
1.1.1.2.00.00.00	Imp. s/o Patrimonio e a Renda	380.581,34	367.701,82	605.482,00	649.561,09	703.344,75	768.615,14
1.1.1.2.02.00.00	Imp. Predial e Territorial Urbano	26.025,03	23.739,92	118.260,00	126.869,33	137.374,11	150.122,43
1.1.1.2.04.00.00	Imp. s/Rend e PROV Qualq. Natureza	353.956,31	343.741,90	324.214,00	347.816,78	376.616,01	411.565,98
1.1.1.2.04.31.00	IRRF S/ Rend. do Trabalho	353.148,88	343.741,90	299.464,00	321.264,98	347.865,72	380.147,66
1.1.1.2.04.34.00	IRRF s/ Outros REND - Pessoa Juridica	807,43	0,00	24.750,00	26.551,80	28.750,29	31.418,32
1.1.1.2.08.00.00	Imp. s/Transmissao de Inter Vivos	600,00	220,00	163.008,00	174.874,98	189.354,63	206.926,74
1.1.1.3.00.00.00	Imp. s/a Producao e a Circulacao	312.475,33	362.559,13	324.056,00	347.647,28	376.432,47	411.365,41
1.1.1.3.05.00.00	Imp.s/SERV de Qualquer Natureza	312.475,33	362.559,13	324.056,00	347.647,28	376.432,47	411.365,41
1.1.1.3.05.01.00	Imp. s/SERV de Qualquer natureza.	312.475,33	362.559,13	324.056,00	347.647,28	376.432,47	411.365,41
1.1.1.3.05.01.01	ISS	276.792,58	327.624,96	269.670,00	289.301,98	313.256,18	342.326,36
1.1.1.3.05.01.02	ISS Simples Nacional	35.682,75	34.934,17	54.386,00	58.345,30	63.176,29	69.039,05
1.1.2.0.00.00.00	Taxas	10.547,56	19.997,26	54.601,00	58.575,96	63.426,05	69.311,99
1.1.2.1.00.00.00	Taxas p/Exercicio Poder de Policia	10.497,56	17.387,76	50.999,00	54.711,74	59.241,87	64.739,52
1.1.2.1.25.00.00	Taxa de Licença p/Func. Estab. Com. Ind.Prest.Serv	5.575,18	3.575,83	19.330,00	20.737,23	22.454,27	24.538,03
1.1.2.1.25.00.01	Taxa de Licença p/ Funcionamento - TFF	767,08	3.305,83	9.410,00	10.095,05	10.930,92	11.945,31
1.1.2.1.25.00.02	Taxa de Licença p/ Localização - TLL	4.808,10	270,00	9.920,00	10.642,18	11.523,35	12.592,72
1.1.2.1.31.00.00	Taxa Utilização Área Domínio público	0,00	0,00	1.182,00	1.268,05	1.373,04	1.500,46
1.1.2.1.32.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	1.222,38	111,96	2.528,00	2.712,04	2.936,60	3.209,11
1.1.2.1.32.00.01	Licença para Construção	1.222,38	111,96	1.200,00	1.287,36	1.393,95	1.523,31
1.1.2.1.32.00.02	Habite-se	0,00	0,00	1.328,00	1.424,68	1.542,64	1.685,80
1.1.2.1.99.00.00	OUT Taxas pelo EXERC Poder de policia	3.700,00	13.699,97	27.959,00	29.994,42	32.477,96	35.491,91
1.1.2.2.00.00.00	Taxas p/Prestacao de SERVs	50,00	2.609,50	3.602,00	3.864,22	4.184,18	4.572,47
1.1.2.2.09.00.00	Taxa de Limpeza Pública	0,00	0,00	1.051,00	1.127,51	1.220,87	1.334,16
1.1.2.2.28.00.00	Taxa de Cemitério	0,00	0,00	1.051,00	1.127,51	1.220,87	1.334,16
1.1.2.2.99.00.00	OUT Taxas pela PREST de SERVs	50,00	2.609,50	1.500,00	1.609,20	1.742,44	1.904,14
1.1.2.2.99.00.99	Demais Taxas pela PREST de SERVs	50,00	2.609,50	1.500,00	1.609,20	1.742,44	1.904,14
1.1.3.0.00.00.00	Contribuicao de Melhoria	0,00	0,00	11.800,00	12.659,04	13.707,21	14.979,24
1.1.3.0.01.00.00	CONTRIB de Melhoria p/Expansão Rede Agua Pot.	0,00	0,00	9.850,00	10.567,08	11.442,03	12.503,86
1.1.3.0.99.00.00	OUT Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	1.950,00	2.091,96	2.265,17	2.475,38
1.2.0.0.00.00.00	REC DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00	11.972,00	12.843,56	13.907,01	15.197,58

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Hermínio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2018  
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

Código	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.2.2.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.2.2.0.99.00.00	OUT Contribuições Econômicas	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.2.2.0.99.01.00	OUT Contribuições Econômicas - Principal	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.2.3.0.00.00.00	CONTRIB p/Custeio do Serv.de Iluminação Pública	0,00	0,00	10.012,00	10.740,87	11.630,21	12.709,50
1.3.0.0.00.00.00	REC PATRIML	105.508,15	101.785,64	312.114,00	334.835,85	362.560,26	396.205,85
1.3.1.0.00.00.00	RECs Imobiliárias	2.924,61	0,00	13.700,00	14.697,36	15.914,30	17.391,15
1.3.1.1.00.00.00	Aluguéis	0,00	0,00	3.920,00	4.205,38	4.553,59	4.976,16
1.3.1.2.00.00.00	Arrendamentos	0,00	0,00	1.950,00	2.091,96	2.265,17	2.475,38
1.3.1.5.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	0,00	0,00	1.950,00	2.091,96	2.265,17	2.475,38
1.3.1.9.00.00.00	OUT RECs Imobiliárias	2.924,61	0,00	5.880,00	6.308,06	6.830,37	7.464,23
1.3.2.0.00.00.00	RECs de VAL Mobiliários	102.583,54	101.785,64	297.434,00	319.087,19	345.507,61	377.570,72
1.3.2.5.00.00.00	Rec. de Rem. de Dep. BANCs	102.583,54	101.785,64	297.434,00	319.087,19	345.507,61	377.570,72
1.3.2.5.52.00.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC VINCS à Educação	27.625,78	20.939,53	112.284,00	120.458,27	130.432,21	142.536,32
1.3.2.5.52.01.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC Vinc. à EDUC- FUNDEB	17.412,20	13.677,11	46.654,00	50.050,41	54.194,58	59.223,84
1.3.2.5.52.02.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC Vinc. à EDUC- 25% - MDE	687,32	191,39	33.100,00	35.509,68	38.449,88	42.018,03
1.3.2.5.52.03.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC Vinc. à EDUC- QSE	1.392,50	742,39	8.530,00	9.150,98	9.908,68	10.828,21
1.3.2.5.52.04.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC Vinc. à EDUC- CONV	759,61	0,00	13.500,00	14.482,80	15.681,98	17.137,26
1.3.2.5.52.99.00	REMUN de Depósitos BANCs - Outros VINCS à EDUC	7.374,15	6.328,64	10.500,00	11.264,40	12.197,09	13.328,98
1.3.2.5.53.00.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC Vinc. à Saúde	29.877,54	20.269,92	89.025,00	95.506,02	103.413,92	113.010,73
1.3.2.5.53.01.00	REMUN de Depósitos BANCs - Saúde - FMS - APLIC 15%	4.257,52	2.257,07	35.905,00	38.518,88	41.708,24	45.578,77
1.3.2.5.53.02.00	REMUN de Depósitos BANCs - TRANSFs SUS	8.081,19	7.172,67	25.100,00	26.927,28	29.156,86	31.862,62
1.3.2.5.53.03.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC Vinc. à Saúde - CONV	1.463,76	34,86	8.520,00	9.140,26	9.897,07	10.815,52
1.3.2.5.53.99.00	REMUN de Depósitos BANCs - Outros REC Vinc. à Saúde	16.075,07	10.805,32	19.500,00	20.919,60	22.651,74	24.753,82
1.3.2.5.54.00.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC Vinc. a ASSIST SOC	20.890,92	42.598,41	29.740,00	31.905,07	34.546,81	37.752,75
1.3.2.5.54.01.00	REMUN de Depósitos BANCs - TRANSFs FNAS	3.492,45	42.377,97	21.100,00	22.636,08	24.510,35	26.784,91
1.3.2.5.54.02.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC Tesouro	0,00	0,00	1.500,00	1.609,20	1.742,44	1.904,14
1.3.2.5.54.03.00	REMUN de Depósitos BANCs - ASSIST SOC - CONV	0,00	0,00	1.540,00	1.652,11	1.788,90	1.954,92
1.3.2.5.54.99.00	REMUN de Depósitos BANCs - Outs Rec. Vinc. à ASSIST SOC	17.398,47	220,44	5.600,00	6.007,68	6.505,12	7.108,79
1.3.2.5.55.00.00	REMUN de Depósitos BANCs - CONV DIVERSOS	12.911,73	9.690,72	35.800,00	38.406,24	41.586,28	45.445,48
1.3.2.5.56.00.00	REMUN de Depósitos BANCs - DEMAIS REC VINCS	970,41	307,42	8.425,00	9.038,34	9.786,71	10.694,92
1.3.2.5.56.00.10	REMUN de Depósitos BANCs - FCBA	0,00	61,65	1.000,00	1.072,80	1.161,63	1.269,43
1.3.2.5.56.00.16	REMUN de Depósitos BANCs - CIDE	70,06	40,21	1.500,00	1.609,20	1.742,44	1.904,14
1.3.2.5.56.00.30	REMUN de Depósitos BANCs - FIES	2,12	1,23	840,00	901,15	975,77	1.066,32

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2018  
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

Código	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.3.2.5.56.00.42	REMUN de Depósitos BANCs - FEP	898,23	204,33	5.085,00	5.455,19	5.906,88	6.455,04
1.3.2.5.57.00.00	REMUN de Depósitos BANCs - REC NÃO VINCS	10.307,16	7.979,64	22.160,00	23.773,25	25.741,68	28.130,50
1.3.9.0.00.00.00	OUT RECs PATRIMIs	0,00	0,00	980,00	1.051,30	1.138,35	1.243,99
1.5.0.0.00.00.00	RECS INDUSTRIAL	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.5.9.0.00.00.00	OUT RECs Industriais	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.6.0.0.00.00.00	RECS DE SERVS	0,00	0,00	33.620,00	36.067,54	39.053,93	42.678,14
1.6.0.0.05.00.00	SERVs de Saúde	0,00	0,00	11.770,00	12.626,86	13.672,36	14.941,16
1.6.0.0.05.01.00	SERVs Hospitalares	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.6.0.0.05.99.00	Outros SERVs de Saúde - SUS	0,00	0,00	9.810,00	10.524,17	11.395,57	12.453,08
1.6.0.0.13.00.00	SERVs Administrativos	0,00	0,00	21.850,00	23.440,68	25.381,57	27.736,98
1.6.0.0.13.99.00	Outros SERVs	0,00	0,00	21.850,00	23.440,68	25.381,57	27.736,98
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFS CORRENTES	21.372.176,09	27.402.815,29	32.172.542,00	34.514.703,04	37.372.520,45	40.840.690,35
1.7.2.0.00.00.00	TRANSFS Intergovernamentais	21.269.373,14	27.318.615,29	31.472.542,00	33.763.743,04	36.559.380,96	39.952.091,52
1.7.2.1.00.00.00	TRANSFS da União	12.662.782,00	15.163.193,20	19.385.635,00	20.796.909,23	22.518.893,31	24.608.646,61
1.7.2.1.01.00.00	Participacao na REC da União	10.176.706,66	11.812.175,87	14.638.273,00	15.703.939,28	17.004.225,45	18.582.217,57
1.7.2.1.01.02.00	Cota-Parte do FPM	10.174.394,05	11.027.023,90	13.123.820,00	14.079.234,10	15.244.994,68	16.659.730,19
1.7.2.1.01.03.00	Cota - parte do FPM - 1% cota entregue em Dezembro	0,00	457.674,83	831.839,00	892.396,88	966.287,34	1.055.958,81
1.7.2.1.01.04.00	Cota-parte do FPM - 1% cota entregue em Julho	0,00	325.499,63	671.006,00	719.855,24	779.459,25	851.793,07
1.7.2.1.01.05.00	Transf.Imp.s/Prop.Territorial Rural	2.312,61	1.977,51	11.608,00	12.453,06	13.484,17	14.735,50
1.7.2.1.22.00.00	Transf.Compens.FINANC pela Expl.Rec.Naturais	137.135,92	147.696,87	196.820,00	211.148,50	228.631,60	249.848,61
1.7.2.1.22.20.00	Cota parte da Comp.Financ.Rec.Minerais - CFEM	29.071,69	55.102,69	48.720,00	52.266,82	56.594,51	61.846,48
1.7.2.1.22.70.00	Cota-parte Fundo Especial do Petróleo-FEP	108.064,23	92.594,18	120.590,00	129.368,95	140.080,70	153.080,19
1.7.2.1.22.90.00	OUT TRANSFS Decor. COMP FINANC pela Expl.REC Naturais	0,00	0,00	27.510,00	29.512,73	31.956,38	34.921,94
1.7.2.1.33.00.00	Fundo Municipal de Saúde	1.485.931,75	1.926.929,93	2.665.418,00	2.859.460,43	3.096.223,75	3.383.553,32
1.7.2.1.33.51.00	Transf. Financ. Munic. - Gestão Plena	0,00	0,00	75.442,00	80.934,18	87.635,53	95.768,11
1.7.2.1.33.51.50	Outros Progr.Financ. por Transf. Fundo a Fundo - Assist.Far	0,00	0,00	75.442,00	80.934,18	87.635,53	95.768,11
1.7.2.1.33.52.00	Bloco de Atenção Básica	1.401.125,18	1.739.425,00	1.989.873,00	2.134.735,75	2.311.491,87	2.525.998,32
1.7.2.1.33.52.10	Atenção Básica (PAB Fixo)	282.359,00	333.697,00	441.101,00	473.213,15	512.395,20	559.945,47
1.7.2.1.33.52.31	Saúde da Família PSF	513.360,00	666.835,00	595.498,00	638.850,25	691.747,05	755.941,18
1.7.2.1.33.52.32	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	283.311,60	321.438,00	391.796,00	420.318,75	455.121,14	497.356,38
1.7.2.1.33.52.33	Saúde Bucal	120.420,00	130.455,00	154.647,00	165.905,30	179.642,26	196.313,06
1.7.2.1.33.52.34	COMP de Especificidades Regionais	5,58	0,00	49.104,00	52.678,77	57.040,57	62.333,94
1.7.2.1.33.52.36	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	0,00	0,00	138.500,00	148.582,80	160.885,46	175.815,63



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2018  
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

Código	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.7.2.1.33.52.39	Outros programas Financ.por Fundo a Fundo - Atenção Bás	201.669,00	287.000,00	219.227,00	235.186,73	254.660,19	278.292,66
1.7.2.1.33.53.00	Bloco Gestão SUS	0,00	62.000,00	104.030,00	111.603,38	120.844,14	132.058,48
1.7.2.1.33.53.30	Outros Programas Financ. por Transf.Fundo a Fundo - Blocc	0,00	62.000,00	104.030,00	111.603,38	120.844,14	132.058,48
1.7.2.1.33.54.00	Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	130.300,00	139.785,84	151.360,11	165.406,33
1.7.2.1.33.54.19	Outros Programas Financ. por Transf.Fundo a Fundo - Alta e	0,00	0,00	130.300,00	139.785,84	151.360,11	165.406,33
1.7.2.1.33.55.00	Bloco de Vigilância em Saúde	84.806,57	125.504,93	365.773,00	392.401,28	424.892,11	464.322,09
1.7.2.1.33.55.10	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	12.778,76	11.218,16	82.560,00	88.570,37	95.904,00	104.803,89
1.7.2.1.33.55.11	Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde PFVS	68.786,66	98.987,14	103.307,00	110.827,75	120.004,29	131.140,69
1.7.2.1.33.55.20	Vigilância Sanitária	0,00	6.392,98	82.506,00	88.512,44	95.841,27	104.735,34
1.7.2.1.33.55.30	Outros Programas Financ. por Transf.Fundo a Fundo - Blocc	3.241,15	8.906,65	97.400,00	104.490,72	113.142,55	123.642,18
1.7.2.1.34.00.00	Transf. de REC do FNAS	176.343,64	449.429,12	623.303,00	668.679,46	724.046,12	791.237,60
1.7.2.1.34.00.07	Piso Básico Fixo	0,00	0,00	179.855,00	192.948,44	208.924,57	228.312,77
1.7.2.1.34.00.08	Índice de Gestão Descentralizada do SUAS	0,00	0,00	30.276,00	32.480,09	35.169,44	38.433,17
1.7.2.1.34.00.09	Índice de Gestão Descentralizada -IGDBF	0,00	0,00	74.220,00	79.623,22	86.216,02	94.216,87
1.7.2.1.34.00.10	Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos(Projc	0,00	0,00	119.242,00	127.922,82	138.514,83	151.369,01
1.7.2.1.34.00.99	OUT Transf. de REC do FNAS	176.343,64	449.429,12	219.710,00	235.704,89	255.221,25	278.905,79
1.7.2.1.35.00.00	Transf. de REC do FNDE	631.777,47	803.316,98	1.061.397,00	1.138.666,70	1.232.948,30	1.347.365,91
1.7.2.1.35.01.00	Salário EDUC	268.670,83	248.028,26	295.794,00	317.327,80	343.602,54	375.488,86
1.7.2.1.35.02.00	Repasso do PDDE	26.250,00	17.160,00	20.380,00	21.863,66	23.673,97	25.870,92
1.7.2.1.35.03.00	Repasso do PNAE	194.776,00	212.644,00	247.549,00	265.570,57	287.559,81	314.245,36
1.7.2.1.35.04.00	Programa do PNATE	142.080,64	141.663,56	199.922,00	214.476,32	232.234,96	253.786,36
1.7.2.1.35.99.00	OUT TRANSFs do FNDE	0,00	183.821,16	297.752,00	319.428,35	345.877,02	377.974,40
1.7.2.1.36.00.00	Transf.Financ. do ICMS DESON LC No.87/96	7.982,18	8.015,04	15.226,00	16.334,45	17.686,94	19.328,29
1.7.2.1.99.00.00	OUT TRANSFs da União	46.904,38	15.629,39	185.198,00	198.680,41	215.131,15	235.095,32
1.7.2.1.99.00.01	Transf. Aux. financ. p/ Fomento Exp. FEX	10.310,00	14.591,26	21.368,00	22.923,59	24.821,66	27.125,11
1.7.2.1.99.00.99	Demais TRANSFs da União	36.594,38	1.038,13	163.830,00	175.756,82	190.309,48	207.970,20
1.7.2.2.00.00.00	TRANSFs dos estados	2.457.440,81	2.547.043,83	3.114.559,00	3.341.298,88	3.617.958,43	3.953.704,97
1.7.2.2.01.00.00	Participacao na REC dos Estados	2.356.857,95	2.423.730,51	2.714.325,00	2.911.927,85	3.153.035,48	3.445.637,17
1.7.2.2.01.01.00	Participacao no ICMS	2.046.063,18	2.084.983,88	2.284.617,00	2.450.937,12	2.653.874,71	2.900.154,29
1.7.2.2.01.02.00	Imp.s/a Prop.de Veiculos Automotores	258.024,72	298.684,08	331.315,00	355.434,73	384.864,73	420.580,17
1.7.2.2.01.04.00	Participacao no IPI	23.013,61	18.054,66	38.816,00	41.641,80	45.089,74	49.274,07
1.7.2.2.01.13.00	Cota-parte Contrib.Interv.Dominio Econômico-CIDE	8.156,44	22.007,89	36.547,00	39.207,62	42.454,01	46.393,74
1.7.2.2.01.99.00	OUT Participações na REC dos Estados	21.600,00	0,00	23.030,00	24.706,58	26.752,28	29.234,90

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2018  
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

Código	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.7.2.2.33.00.00	Transf.Rec.ESTADO p/Prog.Saúde Fundo a Fundo	90.959,10	117.525,15	225.172,00	241.564,52	261.566,06	285.839,39
1.7.2.2.33.00.01	Incentivo Estadual - PSF	44.924,40	42.000,00	124.472,00	133.533,56	144.590,14	158.008,10
1.7.2.2.33.00.03	AIH / SUS - Estado	0,00	0,00	23.010,00	24.685,13	26.729,06	29.209,52
1.7.2.2.33.00.99	OUT TRANSFs do Fundo Estadual de Saúde	46.034,70	75.525,15	77.690,00	83.345,83	90.246,86	98.621,77
1.7.2.2.99.00.00	OUT TRANSFs dos Estados	9.623,76	5.788,17	175.062,00	187.806,51	203.356,89	222.228,41
1.7.2.2.99.00.10	FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia	6.248,76	5.788,12	15.892,00	16.834,38	18.228,27	19.919,85
1.7.2.2.99.00.28	TRANSF de REC do FEAS	3.375,00	0,00	77.026,00	82.633,49	89.475,54	97.778,87
1.7.2.2.99.00.30	Cota-parte do Fundo Investimento Econ. e SOC - FIES	0,00	0,05	75.394,00	80.882,68	87.579,77	95.707,17
1.7.2.2.99.00.99	Demais TRANSFs do Estado	0,00	0,00	6.950,00	7.455,96	8.073,31	8.822,52
1.7.2.3.00.00.00	TRANSFs a Municípios	0,00	0,00	50.000,00	53.640,00	58.081,39	63.471,35
1.7.2.3.37.00.00	TRANSFs a Consórcios Públicos	0,00	0,00	50.000,00	53.640,00	58.081,39	63.471,35
1.7.2.4.00.00.00	TRANSFs Multigovernamentais	6.149.150,33	9.608.378,26	8.922.348,00	9.571.894,93	10.364.447,83	11.326.268,59
1.7.2.4.01.00.00	TRANSFs de REC do FUNDEB	4.434.771,30	7.241.922,79	6.093.223,00	6.536.809,63	7.078.057,47	7.734.901,20
1.7.2.4.01.00.01	TRANSF de REC do FUNDEB	4.434.771,30	7.241.922,79	6.093.223,00	6.536.809,63	7.078.057,47	7.734.901,20
1.7.2.4.02.00.00	Transf. REC da Complementação do FUNDEB	1.714.379,03	2.366.455,47	2.829.125,00	3.035.085,30	3.286.390,36	3.591.367,39
1.7.2.4.02.00.01	Transf. REC da Complementação do FUNDEB	1.714.379,03	2.366.455,47	2.829.125,00	3.035.085,30	3.286.390,36	3.591.367,39
1.7.6.0.00.00.00	TRANSFs de Convenios	102.802,95	84.200,00	700.000,00	750.960,00	813.139,49	888.598,83
1.7.6.1.00.00.00	CONV com a UNIÃO	0,00	0,00	400.000,00	429.120,00	464.651,14	507.770,76
1.7.6.1.01.00.00	Transf. de Conv. da União - Sus	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.1.01.00.01	Transf. de Conv. da União - SUS	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.1.02.00.00	Transf. de Conv. da União - EDUC	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.1.02.00.01	Transf. de Conv. da União - EDUC	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.1.03.00.00	TRANSF Conv. com a União p/Assist.SOC	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.1.03.00.99	Transf. de Conv. da União - Assistencia SOC	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.1.99.00.00	OUT Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.2.00.00.00	CONV com o ESTADO	102.802,95	84.200,00	300.000,00	321.840,00	348.488,35	380.828,07
1.7.6.2.01.00.00	Transf. de Conv. do Estado - Sus	9.202,95	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.2.01.00.01	Transf. de Conv. do Estado - SUS	9.202,95	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.2.02.00.00	Transf. de Conv. do Estado - EDUC	93.600,00	84.200,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.2.02.00.01	Transf. de Conv. do Estado - EDUC	93.600,00	84.200,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.7.6.2.99.00.00	OUT Transf. de Convênio do Estado	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
1.9.0.0.00.00.00	OUT RECS CORRENTES	17.077,80	38.235,12	121.014,00	129.823,81	140.573,22	153.618,42
1.9.1.0.00.00.00	Multas e Juros	760,00	15.200,00	18.838,00	20.209,39	21.882,73	23.913,44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2018  
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

Código	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.9.1.1.00.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	0,00	0,00	5.550,00	5.954,03	6.447,02	7.045,31
1.9.1.1.39.00.00	Multas e Juros de Mora SOB o ITBI	0,00	0,00	430,00	461,30	499,50	545,85
1.9.1.1.40.00.00	Multas e Juros de Mora SOB o ISS	0,00	0,00	1.480,00	1.587,74	1.719,20	1.878,75
1.9.1.1.99.00.00	Multas e Juros de Mora de outros tributos	0,00	0,00	3.640,00	3.904,99	4.228,32	4.620,71
1.9.1.1.99.01.00	Multas e Juros de Mora de outros tributos	0,00	0,00	3.640,00	3.904,99	4.228,32	4.620,71
1.9.1.3.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Div. Ativa dos tributos	0,00	0,00	3.640,00	3.904,99	4.228,32	4.620,71
1.9.1.3.11.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	640,00	686,59	743,44	812,43
1.9.1.3.12.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	540,00	579,31	627,28	685,49
1.9.1.3.13.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	500,00	536,40	580,81	634,71
1.9.1.3.99.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida ativa dos tributos	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.9.1.5.00.00.00	Multas e juros de Mora da Dívida Ativa Outs.Rec.	0,00	0,00	2.148,00	2.304,37	2.495,17	2.726,72
1.9.1.5.99.00.00	OUT Multas e Juros Mora Div.Ativa Outs.Rec.	0,00	0,00	2.148,00	2.304,37	2.495,17	2.726,72
1.9.1.5.99.01.00	Outs.Multas e Juros s/Div. Ativa não Tribut.- SAAE	0,00	0,00	2.148,00	2.304,37	2.495,17	2.726,72
1.9.1.5.99.01.99	Outs Multas e Juros de Mora da D.Ativa de Outs.Rec	0,00	0,00	2.148,00	2.304,37	2.495,17	2.726,72
1.9.1.9.00.00.00	Multas de OUT Origens	760,00	15.200,00	7.500,00	8.046,00	8.712,21	9.520,70
1.9.1.9.48.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	760,00	15.200,00	7.500,00	8.046,00	8.712,21	9.520,70
1.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	10.982,08	16.793,00	18.015,53	19.507,22	21.317,49
1.9.2.1.00.00.00	Indenizações	0,00	0,00	5.878,00	6.305,92	6.828,05	7.461,69
1.9.2.1.01.00.00	Indenizações	0,00	0,00	5.878,00	6.305,92	6.828,05	7.461,69
1.9.2.2.00.00.00	REST	0,00	10.982,08	10.915,00	11.709,61	12.679,17	13.855,79
1.9.2.2.99.00.00	OUT REST	0,00	10.982,08	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.00.00	Outras Restituições	0,00	10.982,08	10.915,00	11.709,61	12.679,17	13.855,79
1.9.2.2.99.52.00	OUT REST - Ressarcimentos	0,00	1.854,35	6.500,00	6.973,20	7.550,58	8.251,27
1.9.2.2.99.99.00	Outras Restituições	0,00	9.127,73	4.415,00	4.736,41	5.128,58	5.604,52
1.9.2.2.99.99.00	OUT REST	0,00	9.127,73	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.99.99	REST Diversas	0,00	9.127,73	4.415,00	4.736,41	5.128,58	5.604,52
1.9.3.0.00.00.00	RECs da Dívida Ativa	10.556,60	10.913,04	29.776,00	31.943,70	34.588,64	37.798,46
1.9.3.1.00.00.00	REC da Dívida Ativa Tributária	6.556,60	10.913,04	26.600,00	28.536,49	30.899,31	33.766,77
1.9.3.1.11.00.00	REC da Dívida Ativa - IPTU	6.556,60	10.913,04	21.220,00	22.764,82	24.649,75	26.937,24
1.9.3.1.12.00.00	REC da Dívida Ativa - ITBI	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.9.3.1.13.00.00	REC da Dívida Ativa - ISS	0,00	0,00	1.460,00	1.566,29	1.695,98	1.853,37
1.9.3.1.99.00.00	REC da Dívida Ativa de outs. Tributos	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08
1.9.3.1.99.01.00	Rec. da Div. Ativa de outros Tributos	0,00	0,00	1.960,00	2.102,69	2.276,79	2.488,08

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2018  
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

Código	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.9.3.2.00.00.00	REC da Dívida Ativa não tributária	4.000,00	0,00	3.176,00	3.407,21	3.689,33	4.031,70
1.9.3.2.99.00.00	REC da Div. Ativa não Tributária Outs.Rec.	4.000,00	0,00	3.176,00	3.407,21	3.689,33	4.031,70
1.9.3.2.99.01.00	Rec.Dívida Ativa não tribut. Outs.Rec.	0,00	0,00	3.176,00	3.407,21	3.689,33	4.031,70
1.9.3.2.99.01.01	REC da Dívida Ativa Não Trib. OUT RECs - Principal	0,00	0,00	3.176,00	3.407,21	3.689,33	4.031,70
1.9.3.2.99.99.00	Rec.da Dívida ativa não tributária de outs.REC	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.00.00.00	RECs Diversas	5.761,20	1.140,00	55.607,00	59.655,19	64.594,64	70.589,02
1.9.9.0.99.00.00	OUT RECs Diversas	5.761,20	1.140,00	55.607,00	59.655,19	64.594,64	70.589,02
1.9.9.0.99.00.01	OUT RECs Diversas	5.761,20	1.140,00	55.607,00	59.655,19	64.594,64	70.589,02
2.0.0.0.00.00.00	RECS DE CAPITAL	426.600,00	974.800,00	2.153.005,00	2.309.743,77	2.500.990,55	2.733.082,48
2.1.0.0.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	600.000,00	643.680,00	696.976,70	761.656,14
2.1.1.0.00.00.00	OPER de Crédito Internas	0,00	0,00	600.000,00	643.680,00	696.976,70	761.656,14
2.1.1.4.00.00.00	Op. de Crédito Int. Cont.Programas de Governo	0,00	0,00	300.000,00	321.840,00	348.488,35	380.828,07
2.1.1.4.01.00.00	Op. Crédito Internas p/ Programas de EDUC	0,00	0,00	150.000,00	160.920,00	174.244,18	190.414,04
2.1.1.4.02.00.00	Op. Crédito Internas p/ Programas de Saúde	0,00	0,00	150.000,00	160.920,00	174.244,18	190.414,04
2.1.1.9.00.00.00	OUT OPER de Crédito Internas	0,00	0,00	300.000,00	321.840,00	348.488,35	380.828,07
2.1.1.9.00.00.99	OUT OPER de Crédito Internas	0,00	0,00	300.000,00	321.840,00	348.488,35	380.828,07
2.2.0.0.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	18.485,00	19.830,71	21.472,69	23.465,36
2.2.1.0.00.00.00	Alienacao de Bens Moveis	0,00	0,00	9.250,00	9.923,40	10.745,06	11.742,20
2.2.1.9.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	9.250,00	9.923,40	10.745,06	11.742,20
2.2.1.9.00.00.01	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	9.250,00	9.923,40	10.745,06	11.742,20
2.2.2.0.00.00.00	Alienacao de Bens Imoveis	0,00	0,00	9.235,00	9.907,31	10.727,64	11.723,16
2.2.2.9.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	0,00	0,00	9.235,00	9.907,31	10.727,64	11.723,16
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFS DE CAPITAL	426.600,00	974.800,00	1.534.520,00	1.646.233,06	1.782.541,16	1.947.960,98
2.4.2.0.00.00.00	TRANSFs Intergovernamentais	321.600,00	244.800,00	284.520,00	305.233,06	330.506,36	361.177,35
2.4.2.1.00.00.00	TRANSF da União	321.600,00	244.800,00	274.520,00	294.505,06	318.890,08	348.483,08
2.4.2.1.01.00.00	TRANSF de REC do Sistema Único de Saúde - SUS	321.600,00	244.800,00	150.000,00	160.920,00	174.244,18	190.414,04
2.4.2.1.02.00.00	Transferência de Recurso destinado ao Programa de Educação	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
2.4.2.1.99.00.00	OUT TRANSFs da União	0,00	0,00	24.520,00	26.305,06	28.483,12	31.126,35
2.4.2.3.00.00.00	TRANSFs a Municípios	0,00	0,00	10.000,00	10.728,00	11.616,28	12.694,27
2.4.2.3.37.00.00	TRANSFs a Consórcios Públicos	0,00	0,00	10.000,00	10.728,00	11.616,28	12.694,27
2.4.7.0.00.00.00	TRANSFs de Convenios	105.000,00	730.000,00	1.250.000,00	1.341.000,00	1.452.034,80	1.586.783,63
2.4.7.1.00.00.00	CONV com a UNIÃO	0,00	730.000,00	900.000,00	965.520,00	1.045.465,06	1.142.484,21
2.4.7.1.01.00.00	Transf. de Conv. da União - Sus	0,00	0,00	200.000,00	214.560,00	232.325,57	253.885,38

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184  
Centro  
NOVO HORIZONTE - BA  
CNPJ: 16255077000142Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2018  
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

Código	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2.4.7.1.01.00.01	Transf. de Conv. da União - SUS	0,00	0,00	200.000,00	214.560,00	232.325,57	253.885,38
2.4.7.1.02.00.00	Transf. de Conv. da União - EDUC	0,00	730.000,00	200.000,00	214.560,00	232.325,57	253.885,38
2.4.7.1.02.00.01	Transf. de Conv. da União - EDUC	0,00	730.000,00	200.000,00	214.560,00	232.325,57	253.885,38
2.4.7.1.99.00.00	OUT Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	500.000,00	536.400,00	580.813,92	634.713,45
2.4.7.2.00.00.00	CONV com o ESTADO	105.000,00	0,00	350.000,00	375.480,00	406.569,74	444.299,42
2.4.7.2.01.00.00	Transf. de Conv. do Estado - Sus	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
2.4.7.2.01.00.01	Transf. de Conv. do Estado - SUS	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
2.4.7.2.02.00.00	Transf. de Conv. do Estado - EDUC	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
2.4.7.2.02.00.01	Transf. de Conv. do Estado - EDUC	0,00	0,00	100.000,00	107.280,00	116.162,78	126.942,69
2.4.7.2.99.00.00	OUT Transf. de Convênio do Estado	105.000,00	0,00	150.000,00	160.920,00	174.244,18	190.414,04
9.0.0.0.00.00.00	DED da REC Corrente	-2.390.418,89	-5.805.024,27	-3.161.080,00	-3.391.206,63	-3.671.998,54	-4.012.760,00
9.7.2.1.00.00.00	Dedução da REC resultante das Transf.da União	-1.929.602,35	-2.259.971,45	-2.630.131,00	-2.821.604,54	-3.055.233,40	-3.338.759,06
9.7.2.1.01.00.00	Dedução da REC p/Formação FUNDEB-Transf.União	-1.928.005,97	-2.258.368,46	-2.627.086,00	-2.818.337,86	-3.051.696,23	-3.334.893,65
9.7.2.1.01.02.00	Dedução da REC p/Formação FUNDEB-FPM	-1.927.543,51	-2.199.733,56	-2.624.764,00	-2.815.846,82	-3.048.998,94	-3.331.946,04
9.7.2.1.01.05.00	Dedução da Rec. p/Formação FUNDEB - ITR	-462,46	-395,46	-2.322,00	-2.491,04	-2.697,30	-2.947,61
9.7.2.1.01.06.00	Dedução da Receita de Ajuste do FUNDEB - COMPLEMENTAC	0,00	-58.239,44	0,00	0,00	0,00	0,00
9.7.2.1.36.00.00	Dedução da Rec.p/Formação FUNDEB ICMS Deson.	-1.596,38	-1.602,99	-3.045,00	-3.266,68	-3.537,16	-3.865,41
9.7.2.2.00.00.00	Dedução da REC resultante das Transf.do Estado	-460.816,54	-476.732,59	-530.949,00	-569.602,09	-616.765,14	-674.000,95
9.7.2.2.01.00.00	Dedução da REC p/Formação FUNDEB-Transf. Estado	-460.816,54	-476.732,59	-530.949,00	-569.602,09	-616.765,14	-674.000,95
9.7.2.2.01.01.00	Dedução da REC p/Formação do FUNDEB-ICMS	-409.212,42	-416.996,56	-456.923,00	-490.186,99	-530.774,47	-580.030,34
9.7.2.2.01.02.00	Dedução da REC p/ Formação FUNDEB - IPVA	-51.604,12	-59.736,03	-66.263,00	-71.086,95	-76.972,95	-84.116,04
9.7.2.2.01.04.00	Dedução da REC p/Formação FUNDEB-IP Exp.	0,00	0,00	-7.763,00	-8.328,15	-9.017,72	-9.854,57
9.7.2.4.01.00.00	Dedução da Receita de Ajuste transferências do FUNDEB	0,00	-2.397.873,57	0,00	0,00	0,00	0,00
9.7.2.4.02.00.00	AJUSTE DE DEDUÇÃO COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB	0,00	-670.446,66	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>20.234.547,38</b>	<b>23.462.869,99</b>	<b>32.641.086,00</b>	<b>35.017.357,00</b>	<b>37.916.794,15</b>	<b>41.435.472,66</b>

Djalma abreu dos Anjos  
Prefeito  
473.061.575-15Robério Macedo Vieira  
Tesoureiro (a)  
005.483.345-01-  
Contador

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE - BA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAISDEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2018

ARF(LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais: . Possíveis Ações Judiciais	134.800,00	Abertura de Crédito adicional a partir do remanejamento da reserva de contingência.	177.000,00
Assistências diversas: . Assistências devida a estiação prolongada se houver	42.200,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>177.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>177.000,00</b>

  

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Em função das incertezas diante do atual cenário econômico, a receita ora projetada poderá sofrer frustrações durante o transcorrer do exercício que se projeta.		Limitação de empenho e Movimentação Financeira Conforme Art. 37, do projeto da LDO.	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>SUBTOTAL</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>177.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>177.000,00</b>

FONTE:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE - BA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
2018

ARF(LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	35.017.357,00	32.641.085,94	0,013	37.916.794,15	35.017.356,99	0,020	41.435.472,66	37.916.794,16	0,020
Receitas Primárias (I)	34.034.759,10	31.725.166,95	0,013	36.852.837,15	34.034.759,10	0,010	40.272.780,44	36.852.837,15	0,020
Despesa Total	35.017.357,00	32.641.085,94	0,013	37.916.794,16	35.017.357,00	0,020	41.435.472,66	37.916.794,16	0,020
Despesas Primárias (II)	34.676.206,60	32.323.085,94	0,013	37.547.396,51	34.676.206,60	0,020	41.031.794,90	37.547.396,51	0,020
Resultado Primário (III) = (I-II)	(641.447,50)	(597.919,00)	0,000	(694.559,35)	(641.447,50)	0,000	(759.014,46)	(694.559,35)	0,000
Resultado Nominal	832.479,15	775.987,28	0,000	1.010.274,17	933.020,11	0,000	1.222.996,11	1.119.139,93	0,000
Dívida Pública Consolidada	11.777.291,63	10.978.086,91	0,004	12.870.224,30	11.886.058,64	0,005	14.193.283,36	12.987.997,22	0,006
Dívida Consolidada Líquida	10.886.575,15	10.147.814,28	0,004	11.896.849,33	10.987.116,11	0,005	13.119.845,44	12.005.715,08	0,005
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	

FONTE:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE - BA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

2018

ARF(LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	30.589.167,00	0,01	23.462.869,99	0,01	(7.126.297,01)	(23,30)
Receitas Primárias (I)	29.649.646,00	0,01	23.361.084,35	0,01	(6.288.561,65)	(21,21)
Despesa Total	30.589.167,00	0,01	21.630.067,54	0,01	(8.959.099,46)	(29,29)
Despesas Primárias (II)	30.271.867,00	0,01	21.522.342,23	0,01	(8.749.524,77)	(28,90)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(622.221,00)	0,00	1.838.742,12	0,00	2.460.963,12	(395,51)
Resultado Nominal	1.305.161,15	0,00	1.305.161,15	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	10.138.610,00	0,00	10.138.610,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	9.371.827,00	0,00	9.371.827,00	0,00	0,00	0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE - BA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2018

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	20.234.547,38	23.462.869,99	15,95	32.641.086,00	39,12	35.017.357,00	7,28	37.916.794,15	8,28	41.435.472,66	9,28	
Receitas Primárias (I)	20.131.963,84	23.361.084,35	16,04	31.725.167,00	35,80	34.034.759,10	7,28	36.852.837,15	8,28	40.272.780,44	9,28	
Despesa Total	21.016.893,27	21.630.067,54	2,92	32.641.086,00	50,91	35.017.357,00	7,28	37.916.794,16	8,28	41.435.472,66	9,28	
Despesas Primárias (II)	20.903.402,20	21.522.342,23	2,96	32.323.086,00	50,18	34.676.206,60	7,28	37.547.396,51	8,28	41.031.794,91	9,28	
Resultado Primário (III) = (I-II)	(771.438,36)	1.838.742,12	(338,35)	(597.919,00)	(132,52)	(641.447,50)	7,28	(694.559,36)	8,28	(759.014,47)	9,28	
Resultado Nominal	376.852,34	1.305.161,15	246,33	682.269,01	(47,73)	832.479,15	22,02	1.010.274,17	21,36	1.222.996,11	21,06	
Dívida Pública Consolidada	9.021.795,35	10.138.610,00	12,38	10.876.700,81	7,28	11.777.291,63	8,28	12.870.224,30	9,28	14.193.283,36	10,28	
Dívida Consolidada Líquida	8.066.665,85	9.371.827,00	16,18	10.054.096,01	7,28	10.886.575,15	8,28	11.896.849,33	9,28	13.119.845,44	10,28	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	19.363.203,23	20.280.468,94	4,74	26.546.661,54	30,90	32.641.085,94	22,96	35.017.356,99	7,28	37.916.794,16	8,28	
Receitas Primárias (I)	19.265.037,17	20.192.489,06	4,81	25.801.753,98	27,78	31.725.166,95	22,96	34.034.759,10	7,28	36.852.837,15	8,28	
Despesa Total	20.111.859,59	18.696.259,80	(7,04)	26.546.661,54	41,99	32.641.085,94	22,96	35.017.357,00	7,28	37.916.794,16	8,28	
Despesas Primárias (II)	20.003.255,69	18.603.145,88	(7,00)	26.288.035,39	41,31	32.323.085,94	22,96	34.676.206,60	7,28	37.547.396,51	8,28	
Resultado Primário (III) = (I-II)	(738.218,53)	1.589.343,18	(315,29)	(486.281,41)	(130,60)	(597.919,00)	22,96	(641.447,51)	7,28	(694.559,36)	8,28	
Resultado Nominal	360.624,25	1.128.134,80	212,83	554.882,41	(50,81)	775.987,28	39,85	933.020,11	20,24	1.119.139,92	19,95	
Dívida Pública Consolidada	8.633.296,99	8.763.453,29	1,51	8.845.909,57	0,94	10.978.086,90	24,10	11.886.058,64	8,27	12.987.997,22	9,27	
Dívida Consolidada Líquida	7.719.297,46	8.100.673,38	4,94	8.176.893,50	0,94	10.147.814,27	24,10	10.987.116,12	8,27	12.005.715,08	9,27	

FONTE:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE - BA

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2018

AMF - Demonstrativo IV(LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDADO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio / Capital	(363.156,40)	100,00	(2.286.032,88)	100,00	(2.065.165,26)	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(363.156,40)</b>	<b>100,00</b>	<b>(2.286.032,88)</b>	<b>100,00</b>	<b>(2.065.165,26)</b>	<b>100,00</b>

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDADO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

PREFEITURA MUN. DE NOVO HORIZONTE - BA  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2018

AMF - Demonstrativo V(LRF, art4º, § 2º, inciso III) R\$ milhares

<u>RECEITAS FISCALIZADAS</u>	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	530.075,99
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	530.075,99
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<u>DEPESAS EXECUTADAS</u>	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	530.075,99
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	530.075,99
Investimentos	0,00	7 0,00	530.075,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2016 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2015 (h) = ((Ib - IId) + IIIi)	2014 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS  
2018

LEI art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"	R\$ milhares		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Exército	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS			
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE - BA

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2018

AMF - Tabela 8(LRF, art4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
NADA A REGISTRAR						
TOTAL			0,00	0,00	0,00	-

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE - BA  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2018

AMF – Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
Aumento Permanente da Receita (-) Transferências Constitucionais	2.376.271,00
(-) Transferências ao FUNDEB	649.546,93
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.726.724,07
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.726.724,07
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.726.724,07

FONTE:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Rua Herminio José dos Santos, 184

Centro

NOVO HORIZONTE - BA

CNPJ: 16255077000142

## RELATÓRIO DE METAS FISCAIS

## CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL PARA A LDO DE 2018

Valores Correntes DISCRIMINAÇÃO (HISTÓRICO)	EXECUTADO				PREVISTO			
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Total		19.286.442,57	20.234.547,38	23.462.869,99	32.641.086,00	35.017.357,00	37.916.794,15	41.435.472,66
Deduções (Receita não Fiscal)		79.733,53	102.583,54	101.785,64	915.919,00	982.597,90	1.063.957,00	1.162.692,22
Receita Fiscal		19.206.709,04	20.131.963,84	23.361.084,35	31.725.167,00	34.034.759,10	36.852.837,15	41.435.472,66
Despesa Total		20.993.245,03	21.016.893,27	21.630.067,54	32.641.086,00	35.017.357,00	37.916.794,16	41.435.472,66
Deduções (Despesa não Fiscal)		171.615,95	113.491,07	107.725,31	318.000,00	341.150,40	369.397,65	403.677,76
Despesa Fiscal		20.821.629,08	20.903.402,20	21.522.342,23	32.323.086,00	34.676.206,60	37.547.396,51	41.031.794,90
<b>Resultado Primário</b>		<b>(1.614.920,04)</b>	<b>(771.438,36)</b>	<b>1.838.742,12</b>	<b>(597.919,00)</b>	<b>(641.447,50)</b>	<b>(694.559,35)</b>	<b>(759.014,46)</b>
Dívida Consolidada	8.171.472,88	8.467.922,10	9.021.795,35	10.138.610,00	10.876.700,81	11.777.291,63	12.870.224,30	14.193.283,36
Deduções (Disponibilidade)	-591.082,88	778.108,59	955.129,50	766.783,00	822.604,80	890.716,48	973.374,97	1.073.437,92
Dívida Consolidada Líquida	<b>8.762.555,76</b>	<b>7.689.813,51</b>	<b>8.066.665,85</b>	<b>9.371.827,00</b>	<b>10.054.096,01</b>	<b>10.886.575,15</b>	<b>11.896.849,33</b>	<b>13.119.845,44</b>
<b>Resultado Nominal</b>	<b>-</b>	<b>-1.072.742,25</b>	<b>376.852,34</b>	<b>1.305.161,15</b>	<b>682.269,01</b>	<b>832.479,15</b>	<b>1.010.274,17</b>	<b>1.222.996,11</b>

## Resultado Primário para o Exercício de 2018

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
-74.472,06	-99.167,78	-114.498,38	-92.560,87	-95.254,95	-165.493,46
<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
-74.472,06	-173.639,84	-288.138,22	-380.699,09	-475.954,05	-641.447,50

## Resultado Nominal para o Exercício de 2018

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
96.650,83	128.701,28	148.597,53	120.126,74	123.623,15	214.779,62
<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
96.650,83	225.352,11	373.949,63	494.076,38	617.699,53	832.479,15

## PORTARIAS



Prefeitura de  
**Novo Horizonte**

PORTARIA Nº 01/2017, 19 DE JUNHO de 2017.

“versa sobre nomeação de funcionário público e da outras providências”

O Prefeito do Município de Novo Horizonte, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

**Resolve:**

ART.1º - Fica a disposição (o) a servidora **Silvana Maria Pereira** portadora do CPF: 004008275 06 e RG: 0955001625 residente na Rua Vital Pereira Do Nascimento Novo Horizonte-Bahia para exercer as atribuições a secretaria Municipal de Meio Ambiente

ART.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique-se, cumpra-se.

Novo Horizonte, 19 de Junho de 2017.

  
**DJALMA ABREU DOS ANJOS**  
Prefeito Municipal

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E209-FEEA-B759-03D7> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: E209-FEEA-B759-03D7**



### **Hash do Documento**

**EDCB8B9A813DAE63F06C594A69331500BB5A44A2148E5168219EFDD8EBBBA720**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/06/2017 é(são) :

- Adriana De Oliveira Cardoso - 030.899.305-52 em 19/06/2017 18:06 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital